

## AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ALFABETIZAÇÃO MINEIRA NO CENÁRIO DO SISTEMA EDUCACIONAL NACIONAL E INTERNACIONAL

*Quality assessment of literacy in mining scene of national and  
international education system*

**Jackeline Rodrigues Mendes<sup>1</sup>**

Universidade São Francisco- *Campus* Itatiba/SP

**Alexandrina Monteiro<sup>2</sup>**

Universidade São Francisco- *Campus* Itatiba/SP

**Edilene Mizael de Carvalho Perboni<sup>3</sup>**

Universidade São Francisco- *Campus* Itatiba/SP

**Resumo:** Este artigo apresenta um estudo inicial, numa pesquisa em andamento, sobre a avaliação da qualidade da Alfabetização mineira, o PROALFA, e pretende analisar de que forma essas avaliações estão imbricadas nas redes produzidas no cenário do sistema educacional nacional e internacional. Tal estudo trará elementos da Análise do Discurso Crítica para discutir as discursividades que atravessam as políticas de Avaliação neste cenário atreladas à noção de qualidade. Recorremos a autores como Fairclough, Veiga-Neto, Jorge Ramos do Ó e Stephen Ball. A questão norteadora deste artigo é: Quais discursividades têm sustentado a noção de qualidade nas avaliações sistêmicas da alfabetização, em particular em Minas Gerais? Como resultados parciais da análise, uma discussão inicial incide sobre alguns elementos relacionados ao contexto de produção das políticas de avaliação, ou seja, das relações que se estabelecem entre o sistema político e econômico nacional/internacional e as avaliações sistêmicas. O PISA avalia a qualidade da Educação mundial, o ANEB, a brasileira e o SIMAVE, a mineira.

**Palavras-chave:** Avaliação, Alfabetização, PROALFA

---

<sup>1</sup> Universidade São Francisco- *Campus* Itatiba/SP. E-mail: lunda@mpc.com.br

<sup>2</sup> Universidade São Francisco- *Campus* Itatiba/SP. E-mail: math\_ale@uol.com.br

<sup>3</sup> Docente da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, Campus Poços de Caldas. Doutoranda pela Universidade São Francisco- *Campus* Itatiba/SP E-mail: didisre@yahoo.com.br

### **Quality assessment of literacy in mining scene of national and international education system**

**Abstract:** This paper presents an initial study, an ongoing study on the evaluation of the quality of Literacy mining, the PROALFA, and intends to analyze how these assessments are embedded in networks produced in the scenario of the education system nationally and internationally. This study will bring elements of Critical Discourse Analysis to discuss the political discourses that traverse this scenario Assessment tied to the notion of quality. We use authors as Fairclough, Veiga-Neto, Jorge Ramos do Ó and Stephen Ball. The main question of this article is: What discourses have supported the notion of systemic quality in assessments of literacy, particularly in Minas Gerais? As partial results of the analysis, an initial discussion focuses on some elements related to the production context of policy evaluation, ie, the relationships established between the political and economic system national / international and systemic reviews. PISA assesses the quality of education worldwide, ANEB, Brazilian and SIMAVE the mining.

**Keywords:** Assessment; Literacy; PROALFA.

### **Évaluation de la qualité de l'alphabétisation en scène des mines de système d'éducation nationale et internationale**

Cet article présente une étude initiale, une étude en cours sur l'évaluation de la qualité de l'exploitation minière alphabétisation, l'PROALFA, et a l'intention d'analyser comment ces évaluations sont intégrés dans les réseaux de production dans le scénario du système éducatif national et international. Cette étude permettra d'apporter des éléments d'analyse critique du discours pour discuter des discours politiques qui traversent cette évaluation scénario lié à la notion de qualité. Nous utilisons des auteurs comme Fairclough, Veiga-Neto, Jorge Ramos do Ó et Stephen Ball. La question principale de cet article est la suivante: quels discours ont soutenu la notion de qualité systémique dans l'évaluation de l'alphabétisation, en particulier dans le Minas Gerais? Comme les résultats partiels de l'analyse, une première discussion se concentre sur certains éléments liés au contexte de production de l'évaluation des politiques, à savoir les relations établies entre le système politique et économique des examens nationaux / internationaux et systémiques. PISA évalue la qualité de l'éducation dans le monde entier, l'ANEB, brésilien et SIMAVE l'exploitation minière.

**Mots-clés:** évaluation, l'alphabétisation, PROALFA

## Introdução

**E**ste artigo é derivado de uma pesquisa em andamento, sobre a avaliação da qualidade da Alfabetização mineira, o PROALFA, e pretende analisar de que forma essas avaliações estão imbricadas nas redes produzidas no cenário do sistema educacional nacional e internacional. Tal estudo trará elementos da Análise do Discurso Crítica para discutir as discursividades que atravessam as políticas de Avaliação neste cenário atreladas à noção de qualidade.

A Análise do Discurso Crítica (ADC) propõe uma interação entre a Linguística e a Teoria Social, ao focalizar o discurso como prática social. Nesse sentido, Fairclough (2001) propõe o entendimento do discurso como prática política, pois ele estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem tais relações; e como prática ideológica, pois ele constitui, naturaliza, mantém e, também, transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder.

Para a análise na perspectiva da ADC, o autor propõe uma visão tridimensional do discurso entendido como prática textual, prática discursiva e prática social. A prática textual focaliza os aspectos linguísticos do texto, visto enquanto materialidade discursiva. A prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo desses textos, que se dão relacionados aos ambientes econômicos, políticos e institucionais nos quais o discurso é gerado. Já na dimensão da prática social, a análise recai sobre esses processos gerados

pelas práticas discursivas focalizando questões relativas às ideologias e relações de poder que naturalizam certos discursos (FAIRCOLUGH, 2001).

Pretendemos fazer uma discussão no âmbito das dimensões da prática discursiva e prática social. Procuraremos levantar as condições de produção do discurso sobre a qualidade da alfabetização no PROALFA, a partir do desenho das redes de relações que se constituem entre o cenário mineiro e as políticas nacionais e internacionais de avaliação.

Diante disso, neste estudo focalizaremos os interesses pautados em uma ideologia neoliberal. Para trazer a questão do neoliberalismo, noções de liberdade e poder, recorreremos a autores como Alfredo Viga-Neto, Jorge Ramos do Ó e Stephen Ball. Desse modo, a seguir, apresentamos o movimento da discursividade neoliberal atravessando as redes que se inter cruzam entre a avaliação da qualidade da alfabetização em Minas e as políticas educacionais e avaliativas no âmbito nacional e internacional.

### **O cenário internacional**

Para discutirmos a questão da avaliação da qualidade da alfabetização nos sistemas de avaliação, partiremos de um importante processo no cenário político e econômico para o mundo e para o Brasil, o liberalismo e o neoliberalismo.

É importante considerar que, o desenvolvimento do liberalismo no século XX, se dividiu em duas tendências principais: uma, vinda da Alemanha, no fim da década de quarenta chamada de *ordoliberalismo* e a outra, da Escola de Economia de Chicago, o liberalismo norte-americano. As duas tendências se referem a uma crítica ao Estado de Bem-Estar e suas intervenções em termos estatais. (VEIGA-NETO, 1999)

No final do século XX, o socialismo entra em crise no leste europeu e na União Soviética. Nestas condições de crise, o liberalismo, a liberdade da

propriedade privada, a liberdade de compra e venda com foco na produção, já não é mais suficiente para responder às necessidades do capitalismo que vai se fortalecendo. Sendo necessária a “invenção” de outros produtos, de novas possibilidades,

Mas como há um limite para a inventividade de novos produtos, descobriu-se logo que era preciso produzir novas e múltiplas versões de velhas coisas. Isso significou, é claro, uma crescente diversificação nas ofertas, à qual teria de corresponder uma diversificação e intensificação nas demandas para que os ciclos de produção—consumo—lucro se acelerassem e, como consequência, aumentasse a acumulação. Tal aceleração produziu, como efeito, um deslocamento do centro de gravidade (do capitalismo) da produção —cujo incremento era o grande objetivo do capitalismo "tradicional"— para o produto —cuja circulação dependerá do mercado. É daí que resultou a própria reificação do mercado. (Veiga-Neto, 1999. p.10)

Vemos emergir neste contexto, na década de 1970, outra face do liberalismo, bem mais apurada, mais arдил, o neoliberalismo. Nesta nova roupagem do liberalismo, a noção de liberdade e de direito de escolha não é apagada, abandonada, antes é matizada, supervalorizada, no entanto, a regra do jogo focaliza o consumo das marcas dos produtos e não, necessariamente, o produto em si. Vemos aí a relação de marcas e consumidores lentamente sobrepondo a relação entre produção e produtor. Relação esta que muito propicia e alavanca o processo de globalização e muda significativamente a vida econômica, política e social dos cidadãos do mundo.

Nesse cenário da economia neoliberal a Educação ganha um contorno muito significativo, marcado, em especial Conferência Mundial sobre Educação para Todos que aconteceu nos dias 05 a 09 de março de 1990 (Ano Internacional de Alfabetização), em Jomtien na Tailândia, a qual tinha como meta primordial a revitalização do compromisso mundial de educar todos os cidadãos do planeta. Porém, anterior a esta, houve um processo preparatório que incluiu

algumas reuniões regionais como a de Quito, no Equador, em 1989, cujo público alvo era os países latino-americanos.

A Conferência mundial, que contou com a presença de representantes de 155 governos de diferentes países, teve como patrocinadores e financiadores quatro organismos internacionais: a Organização das Ações Unidas para a Educação (UNESCO); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e o Banco Mundial (BID). As alianças entre os países e as instituições por todo o mundo ganham contorno, no processo de agregação de forças, de poderes político e econômico. Sendo a liberdade cidadã fundamental para legitimação de produção de verdades. Diante de tantos patrocinadores e participantes voltados em torno de um mesmo foco, vale ressaltar as palavras de Ramos do quando afirma que:

[...] o poder político se vai exercendo cada vez mais através de alianças delicadas entre uma miríade de autoridades, por forma a que seja possível a agregação de realidades que vão desde as relações econômicas até à conduta dos indivíduos particulares. A questão em causa não é a da coerção e dos constrangimentos exercidos sobre a massa dos governados. O poder liga-se antes aos modos como, numa dinâmica onde a autonomia e liberdade estão cada vez mais presentes, se produzem cidadãos. Estes não são destinatários mas intervenientes nas operações de poder e de construção da verdade... (2009. p.100)

O Brasil participa da Conferência Mundial sobre Educação para Todos e em 1993 lança o Plano Decenal de Educação para Todos. O documento elaborado em 1993 pelo Ministério da Educação (MEC) era destinado a cumprir, no período de uma década (1993 a 2003), as resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos. Esse documento é considerado um conjunto de diretrizes políticas voltado para a recuperação da escola fundamental no país.

Outro marco importante na Educação mundial, no movimento econômico neoliberal é o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), trata-se de um projeto comparativo de avaliação, desenvolvido pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 1997, do qual participam trinta e dois países, havendo, em cada um deles, uma coordenação nacional e do qual o Brasil faz parte.

O PISA está destinado à avaliação de estudantes de 15 (quinze) anos de idade, fase em que, na maioria dos países, os jovens terminaram ou estão terminando a escolaridade mínima obrigatória. As avaliações do PISA abrangem os domínios de Leitura, Matemática e Ciências, numa apreciação ampla dos conhecimentos, habilidades e competências inseridos em diversos contextos sociais, sendo aplicada a cada três anos.

Dentre os principais objetivos está a avaliação de aptidões ou competências comparáveis internacionalmente; produzir, em todos os países envolvidos, indicadores de desempenho estudantil voltados para as políticas educacionais, fornecendo orientação, incentivo e instrumentos para melhorar a efetividade da educação, além de possibilitar a comparação internacional. Pois,

Mais do que em qualquer outra organização social, a figura do exame é ritualizada pela escola num jogo de pergunta/resposta/recompensa que reactiva os mecanismos de constituição do saber numa relação de poder específica. Desde logo, o sistema das notas, além de garantir a passagem desigual dos conhecimentos, força à comparação perpétua de cada aluno com todos os outros da *classe*. Depois, a lógica linear e progressiva caracteriza o *exercício* propriamente escolar – com a sua complexidade crescente, tarefas a um tempo repetitivas e diferentes mas apontando sempre para essa figura terminal do exame -, permite, sem dúvida, que o indivíduo se vá adequando desde o início da regra da relação tanto com os outros como com um determinado tipo de percurso. Os rituais escolares avaliam o aprendizado, disponibilizando-lhe ainda um lugar *entre* pares num alinhamento espaço-temporal. (Ramos do Ó, 2009. p.111)

Os exames, os testes escolares, ocupam um lugar privilegiado nas práticas escolares, em detrimento da própria aprendizagem. As notas, os resultados obtidos, constituem-se a base para a comparação, entre alunos na própria sala de aula.

O que destacamos é que as avaliações sistêmicas em larga escala, como o PISA, e que será um dos fortes modelos para as demais avaliações em todo o mundo, abre certa lógica internacional de comparação entre as escolas, redes de ensino, municípios, estados da federação, países e até continentes. Uma comparação que segue o princípio do modelo neoliberal de competitividade nas relações com as agências internacionais de fomento e também pautado na livre escolha, liberdade, para buscar melhores resultados educacionais.

### **O cenário brasileiro**

O Brasil, começa os trabalhos de avaliação junto ao PISA em 2000 e a instituição responsável pela implementação do PISA é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, ao qual cabe o desenvolvimento e execução do Programa em nível nacional e atuação e articulação com as instituições internacionais, mediante ações de cooperação institucional e técnica, em caráter bilateral e multilateral.

Vale ressaltar que no Brasil, em 1995, a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso, (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira) e do vice Marco Maciel, acontece o fortalecimento da organização política e econômica do Brasil para o capitalismo neoliberal. Isso, fez com que o país começasse a sair da velha concepção de país em desenvolvimento para país emergente. O ano de 2001, no governo FHC, começa a organização de um agrupamento de países emergentes: O BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e posteriormente África do Sul). O que significou a participação neste agrupamento para o Brasil?



No final do século XX e início do século XXI, começa a surgir a expressão, país emergente. Esta expressão veio para ocupar o lugar da expressão, país 'em desenvolvimento', na idéia de que existem países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Para entender estas expressões, vale a pena voltarmos à concepção de países de primeiro, segundo e terceiro mundo. Mas quem eram os países de primeiro, segundo e terceiro mundo?

Os Estados Unidos e a União Soviética foram os grandes e potentes vencedores da segunda guerra mundial. Na guerra fria, com o progressivo fortalecimento do capitalismo americano e seus países aliados, pode ter nascido a concepção de primeiro mundo. Quanto ao segundo mundo, este pode ter sido formado pelos socialistas da União Soviética e seus países aliados. Sim, primeiros e segundos países mais fortes do mundo, tanto em sentido econômico, político, como militar. O terceiro mundo pode ter sido formado pelos países que não se aliaram política e economicamente, de forma direta ao capitalismo americano ou ao socialista da União Soviética. Veiga-Neto, afirma que,

[...] acima dessas diferenças entre as versões alemã e norte-americana, o liberalismo foi —e o neoliberalismo continua sendo— uma prática, uma "maneira de fazer" política, "orientada para objetivos e se regulando através de uma reflexão contínua. O liberalismo deve ser analisado como princípio e método de racionalização do exercício de governo —racionalização que obedece, e aí está a sua especificidade, à regra interna da economia máxima" [...] Assim, para pensarmos as relações sociais e econômicas que instituíram a —e se instituíram na— Modernidade, pode-se tomar o liberalismo sem considerar, por enquanto, o desdobramento que ocorreu após a II Guerra Mundial. (1999. p.6)

Com as grandes mudanças no cenário econômico e político mundial, advindas pelo fortalecimento do capitalismo liberal e sem nos esquecermos do

processo de globalização, as expressões países de primeiro, segundo e terceiro mundo, vão dando lugar a expressões, países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Pois com a vitória do capitalismo na guerra fria, muitos países do mundo, em especial, a maioria que era socialista, abrem suas fronteiras para a lógica da lucratividade e a liberdade de compra e venda. Não era mais possível classificar a economia dos países do mundo, na lógica da guerra fria, mas era possível na lógica do capital.

No século XXI, com o fortalecimento do capitalismo neoliberal, pautada não mais na lógica da produção e sim no consumo de produtos, as expressões países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, então, também começam aos poucos serem substituídas. A primeira expressão a ser substituída é a ‘país em desenvolvimento’, a nova expressão será ‘país emergente’. Tal como pontual Fairclough (2001), toda mudança social é sempre uma mudança discursiva, o que pode ser identificado na mudança de termos usados para classificar determinadas condições políticas e econômicas no cenário mundial, segundo determinadas ideologias. Uma definição para o termo emergente poder ser como “algo ou alguém que emerge, algo que surge de dentro para fora”. Da análise deste possível sentido, podemos pensar que a mudança da expressão ‘país em desenvolvimento’, não se trata apenas de nomenclatura, trata-se de uma concepção política e econômica que muda toda a regra do jogo. Pois aquilo que se desenvolve, não está surgindo de dentro para fora, está crescendo de acordo com um ritmo próprio ou acelerado por fatores exteriores. Mas aquilo que emerge, desponta, aparece na sua potencialidade e é de dentro para fora.

Desse modo, no século XXI, serão considerados países emergentes aqueles países que se mostrarem, aparecerem, ainda que não o sejam de fato, com significativo potencial de mercado e que se mobilizam de dentro para fora em sentido econômico, político e até social para se adequarem às condições de relações econômicas internacionais.

Quando o Brasil é considerado um país emergente?

Para responder a esta pergunta precisaremos nos remeter à expressão: BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e posteriormente África do Sul). Em 2001, um dos maiores bancos de financiamento do mundo, Goldman Sachs, através de seu economista, Jim O'Neil, formulou a idéia dos BRICS, ou seja, um agrupamento de países de países que foram considerados a partir de vários critérios de análise econômica como emergentes. E que agrupados teriam muita representatividade no mundo globalizado e capitalista.

A atual estabilidade econômica e política no país, bem como a riqueza de recursos naturais e da produção agrícola, certamente muito contribuíram para a adequação aos moldes de emergência capitalista. Os índices populacionais, que pode representar quantidade e qualidade de mão de obra abundante, o alto índice de investimentos privados estrangeiros, a rapidez do processo de informatização, o petróleo e o pré-sal e Produto Interno Bruto (PIB) com grande crescimento também são fatores que não podem ser desconsiderados como importantes neste processo de qualificação para emergência econômica.

No cenário educacional é importante destacar no governo FHC, a publicação da Lei 9.394/96, depois de 25 anos de vigor da Lei 5.692/71 e as mudanças que foram feitas em 1995 no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) foi publicada em 20 de dezembro de 1996, é uma lei brasileira, federal e que normatiza todo o sistema educacional, desde a educação infantil até o ensino superior, público e privado. A Lei 9.394/96 é a terceira lei federal educacional no Brasil. A primeira foi em 1961, que foi a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1.961 e a terceira foi a Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1.971.

A LDB 9.394/96 vem como forma legal de cumprimento da Constituição Federal no que tange ao direito à educação. A LDB 9.394/96, pautada na Constituição estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em

relação à educação na escola pública. Merece destaque especial o artigo Art. 9º, parágrafo 6, da LDB 9.394/96, que diz que compete à União assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB foi criado em 1988, no governo José Sarney e implantado em 1990, já no governo Collor. A coordenação do SAEB foi designada para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação dos vinte e sete Estados Brasileiros devem trabalhar junto com o INEP, neste processo de avaliação.

As avaliações do SAEB eram feitas de dois em dois anos, com alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Só em 1999 que vão aparecer História e Geografia.

O principal objetivo do SAEB era acompanhar estatisticamente a qualidade da aprendizagem dos alunos e do ensino nas escolas, pois assim os governantes teriam dados para organização de medidas visando corrigir os problemas de ensino e aprendizagem de todo o Brasil.

O ano de 1995 foi um momento muito significativo para o SAEB, pois neste período aconteceram muitas mudanças na sistematização da metodologia do SAEB. As mudanças metodológicas tiveram o objetivo de estabelecer mecanismos de comparação dos resultados apresentados em todos os Estados da Federação.

Dentre as metodologias utilizadas a partir de 1995, podemos destacar: as Matrizes de Referência, Testes Padronizados, Questionários de contexto, Teoria de Resposta ao Item (TRI), Amostra e Escalas de Proficiência. Vale destacar que esta metodologia já vinha sendo utilizada pela avaliação PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Quanto à concepção de matrizes de

referência de um conhecimento legitimado e normalizado é importante lembrar Ramos do Ó, quando este pesquisador reflete que;

É claro que todo este gigante aparelho de anotação e registro das aptidões, capacidades e do percurso biográfico de cada estudante é determinado pela lógica de funcionamento do que Foucault denomina de *campo científico-disciplinar*. A medicina, mas também a psicologia e a pedagogia, entre outras ciências *positivas* do indivíduo que aparecem no final do século XVIII, não cessam de investigar tendo como referência única um padrão de normalidade. (2009. p.112)

E, dentro dessa lógica, no dia 21 de março de 2005, no governo Lula, o então ministro da Educação Tarso Genro, resolve mediante a portaria nº 931, instituir o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, que será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC.

A ANEB manterá os objetivos, características e procedimentos da avaliação da educação básica efetuada pelo SAEB realizado por meio de amostras da população, avaliando a qualidade, equidade e a eficiência da educação brasileira. Trata-se de uma avaliação por amostragem, de larga escala, externa aos sistemas de ensino público e particular, de periodicidade bianual.

A Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar – ANRESC, por sua vez, avaliará a qualidade do ensino ministrado nas escolas, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global. Também fornecerá informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para a escolha dos gestores da rede a qual faça parte.

## **O cenário mineiro**

Diante desse conjunto de condições de produção das discursividades em torno da avaliação da qualidade na educação, pretendemos trazer o contexto

mineiro apontando as relações que se estabelecem com essas políticas nacionais e internacionais.

O primeiro apontamento que destacamos é a medida da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, em 2000 com a criação do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública), visando atendimento à LDBN 9.394/96, quando à avaliação da qualidade da aprendizagem. De 2003 em diante, o SIMAVE só foi se aperfeiçoando metodologicamente e se ampliou significativamente. Desde a criação do SIMAVE, avaliações anuais são realizadas em Minas Gerais, mensurando o desempenho dos alunos das redes estadual e municipal de todo o Estado.

O SIMAVE representa todo o processo de avaliação educacional no Estado de Minas Gerais, através da organização de programas de avaliação de forma integrada. O SIMAVE visa proporcionar resultados metodologicamente confiáveis das avaliações realizadas nas escolas mineiras. Pois, estes dados estatísticos gerados pelas avaliações, fornecerão suporte para a organização de políticas públicas educacionais em MG, através de planejamento e ações, que influenciarão diretamente a sala de aula.

Como o SIMAVE tem por principal objetivo abranger o sistema de avaliação em todos os níveis de ensino, foi necessário então, o desenvolvimento de programas de avaliação integrados. O SIMAVE neste formato integrado apresenta através dos dados estatísticos obtidos, a “qualidade” da educação mineira, tanto para professores, especialistas e diretores, quanto para os gestores do sistema. Desta maneira, se torna uma técnica de governo imprescindível no planejamento de ações para uma educação na concepção de Governo do federal e estadual. Pela abrangência e condições metodológicas das informações do SIMAVE, esse sistema tornou-se hoje pilar da organização das políticas públicas do Governo de Minas Gerais.

Tanto as escolas da rede estadual como da rede municipal de Minas Gerais participam do SIMAVE. Também os alunos das primeiras séries/anos do

Ensino Fundamental bem como os do 3º ano do Ensino Médio são avaliados pelo sistema. Três diferentes programas compõem o SIMAVE: o PROALFA, o PROEB e PAAE.

O SIMAVE-PROALFA, Programa de Avaliação da Alfabetização, iniciou seu processo avaliativo em 2005. O principal foco do PROALFA é avaliar os níveis de alfabetização conquistados pelos alunos do 3º ano e 4º ano do Ensino Fundamental apenas da rede pública. Seus resultados são indicadores das necessárias intervenções do Estado para sanar dos problemas encontrados pela avaliação.

O SIMAVE-PROEB, Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, começou a ser realizado em MG, desde 2000. Trata-se de um programa de avaliação da educação básica que objetiva também avaliar apenas as escolas da rede pública, quanto às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática. O PROEB não tem caráter de avaliação individual, ou seja, avaliar individualmente o aluno, o professor ou o especialista, o foco da avaliação é a escola como um todo. O PROEB avalia alunos que se encontram no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. O SIMAVE-PROEB é realizado desde 2000.

Até 2002, o PROEB foi coordenado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG (UFJF), e atualmente, todo o SIMAVE vem sendo diretamente coordenado pela Secretaria Estadual de Educação e operacionalizado com apoio do CAED.

O CAED em suas avaliações educacionais avalia a proficiência dos alunos em relação aos conhecimentos nos itens avaliados e não pela contagem de acertos e erros de questões. Proficiência, segundo o CAED é, “uma medida que representa um determinado traço latente (aptidão) de um aluno, assim sendo, podemos dizer que o conhecimento de um aluno em determinada disciplina é um traço latente que pode ser medido através de instrumentos compostos por itens elaborados a partir de uma matriz de habilidades.”

O CAED utiliza para avaliar a proficiência, uma metodologia chamada de Teoria da Resposta ao Item – TRI. TRI trata-se de um conjunto de modelos matemáticos, no qual, segundo o CAED “a probabilidade de acerto a um item é estimada em função do conhecimento do aluno”.

Essa metodologia da Teoria de Resposta ao Item, já vem sendo utilizada em várias avaliações na Educação, inclusive pelo PISA e Saeb no Brasil. Nesta teoria de avaliação são construídas, escalas de conhecimento, métodos de interpretação da escala de conhecimento, bem como matrizes de referência dos conhecimentos que serão avaliados.

O SIMAVE-PAAE, Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar, está em processo de aprimoramento metodológico. É formado com base em um sistema informatizado de geração de provas e emissão de relatórios de desempenho por turma. Esse programa fornece dados diagnósticos para subsidiar o planejamento do ensino e suas intervenções pedagógicas. Atualmente está sendo utilizado por professores das escolas estaduais de Ensino Médio.

As Secretarias de Educação ao serem orientadas oficialmente pelo governo federal quanto às metodologias de avaliação, cada vez mais precisas em dados e informações, também começam a criar suas orientações específicas, visando atendimentos às orientações maiores, ou seja, as federais. As orientações federais, por sua vez, já visaram atender uma orientação política e econômica maior, mundial inclusive. Não fazem isto de forma automática e livre de tensões internas ou externas, o ponto de análise é o quanto as tensões externas conduzem as tensões internas.

Um exemplo deste processo foi em 06/08/2003, no Governo Aécio Neves e Vanessa Guimarães (Secretária de Estado da Educação) ao se instituir o Ensino Fundamental de nove anos nas escolas da rede estadual de Minas Gerais. Com isso, Minas antecede o cumprimento da meta do Plano Nacional



de Educação (PNE) de 2001, que previa universalização até 2011, em todo território brasileiro, o ensino fundamental de nove anos.

Em 2004 a SEE/MG faz parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o grupo de pesquisa CEALE (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita), visando elaboração de orientação oficial curricular para a alfabetização em todo o Estado mineiro, considerando especialmente a criança de seis anos que agora estará matriculada no ensino fundamental de nove anos, portanto iniciando a alfabetização aos seis anos de idade. O CEALE, elaborou seis cadernos de orientação para a organização curricular e metodológica para a Alfabetização mineira. Os cadernos trazem a concepção de letramento e os saberes legitimados como necessários à alfabetização, organizados em eixos.

### **Algumas Considerações**

Como um grande quebra-cabeça, a avaliação da qualidade da educação mundial vai se formando por movimentos, como o capitalismo e liberalismo/neoliberalismo. Movimentos políticos e econômicos que suscitarão, reclamarão a formação de instituições e declarações (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração Mundial sobre educação para Todos) e até guerras (Fria).

Os movimentos políticos e econômicos, representados por um Estado múltiplo e “descorporizado” precisará subsistir, sobreviver e ampliar forçosamente sua abrangência de domínio, não só local, mas precisamente em todo o globo. Daí a importante função das instituições, das declarações e guerras com abrangência em escala mundial, na manutenção e ampliação dos movimentos políticos e econômicos pelos próprios movimentos políticos e econômicos ou do Estado pelo próprio Estado.

Agora com o foco no Brasil, vai fazendo sentido como vão se formando políticas públicas em todas as áreas: saúde, educação, segurança etc., a partir de

todo um emaranhado de cunho político e econômico mundial. No entanto, como o foco desta análise é a Educação, o “holofote” foi projetado na formação de políticas públicas educacionais no Brasil.

A opção foi fazer um recorte na década de 1980, justamente por que o Brasil sairá de uma ditadura militar e entrará na década de 1990, com um sistema de governo mais aberto politicamente para o capitalismo liberal, com foco na liberdade de compra, venda e consumo. A Educação brasileira então vai tomando seu contorno a partir desta abertura política e econômica, ou seja,

[...] é a maximização da liberdade individual. Não importa que se diga que essa maximização só se dá como uma realidade construída discursivamente pois, se ela existe no discurso, ela está no mundo. O que importa, então, é que esses discursos produzem resultados, de modo que cada um pense que é livre para fazer suas escolhas. Ora, isso coincide exatamente com a exacerbação do individualismo que, como mostrou Elias (1994), vem sendo construído na nossa história há centenas de anos. Nesse sentido, a lógica neoliberal guarda uma relação imanente com o extremo fechamento do Homo clausus descrito pelo sociólogo, funcionando como uma condição de possibilidade para que se dê a passagem do "governo da sociedade" —no liberalismo— para o "governo dos sujeitos" —no neoliberalismo. (Veiga-Neto, 1999. p.12, 13)

Sarney traz uma Constituição Federal de acordo com a Declaração Mundial dos direitos Humanos, já se começa a pensar em se avaliar em larga escala a avaliação em toda a federação. Em meio ao afastamento de um governante eleito pelo povo, o país passa por muitas crises econômicas e em meados da década de 90, Fernando Henrique Cardoso em dois mandatos de governo, tomará medidas econômicas que serão definidoras para a inserção do Brasil no mundo capitalista, neoliberal e globalizado.

O Brasil então, como país em desenvolvimento e já quase emergente (consegue este *status* a partir do agrupamento ao BRICS), começa a receber muitos investimentos de agências de financiamento internacional. A Educação

começa a ser um importante elemento de fortalecimento do crescimento econômico e então, começa a ser alvo de políticas públicas. Em 1996, a LDBEN 9394 é um marco legal da Educação brasileira, uma vez, que estando dentro dos princípios da Constituição Federal, estará também dentro das especificações da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Atendendo tais orientações mundiais liberais, a Educação no Brasil está apta a receber investimentos.

Os investimentos internacionais visam fomentar a formação e implantação de políticas públicas. As políticas públicas, por sua vez, precisam de dados estatísticos para se organizar, daí a importância de avaliações sistêmicas e em larga escala da educação, para fornecer os números que as políticas públicas precisam para receberem financiamentos e se efetivarem.

Daí a importância do Saeb para as políticas públicas educacionais brasileiras, pois será a partir do Saeb que toda a federação e seus estados, organizarão as políticas públicas educacionais e conseguirão recursos para implantação. Em 1995, o governo FHC faz mudanças metodológicas no Saeb, adequando-as às do PISA, que se trata de uma avaliação de cunho internacional.

O governo Lula também faz mudanças significativas no Saeb em 2005 e tais mudanças fortalece ainda mais a abrangência e poder estatístico dos resultados das avaliações da educação em larga escala no Brasil.

Neste cenário, Minas Gerais visando atendimento à LDBEN 9.394/96, em 2000 criou o SIMAVE, visando avaliar a qualidade da educação mineira e o PROALFA para avaliar a qualidade da alfabetização, na mesma lógica do ANEB e do PISA.

Objetivamos traçar o movimento de algumas das condições políticas e econômicas para a permanência cíclica de um modelo político e econômico, nos preceitos neoliberais da liberdade de escolha como condição para a liberdade de consumo.

A lógica política e econômica neoliberal pressupõem um Estado, um Governo central, mínimo, que interfira o mínimo possível nas regras de mercado e transações internacionais. Porém para que se consiga essa condição, a população também precisa ser livre, livre para decidir consumir mais e melhor, fornecendo assim, o alimento que manterá de pé, sustentará o mercado aberto, sem fronteiras em todo o mundo, na mesma lógica,

[...] o que importa aqui é reconhecer que foi a versão norte-americana a que passou a nortear as políticas econômicas dos países do Ocidente (numa primeira fase) e, depois, praticamente de todo o mundo. Resultou, daí, que esse neoliberalismo se estabeleceu como um elogio ao Estado mínimo [...] (Veiga-Neto, 1999. p.11)

Porém não basta apenas que o Estado, o governo seja mínimo, este terá sua função marcada pela regulação. Ou seja, espera-se que o Estado, o Governo faça sua parte no jogo global, por regular ações internas e externas, que interferem diretamente nas regras políticas e econômicas, que são bases de sua existência. E a Educação, no decorrer do final do século XX e início do século XXI, se tornou uma regra política e econômica, decisiva para manter viva a “liberdade” de escolha da população, “liberdade” esta, que sustenta o capitalismo neoliberal. Ball entende que,

As novas estruturas e funções da gestão educacional, que enfatizam as políticas, auditoria, regulação e “unidades de prestação de serviço” separadas (Thomson, 1998), tal como defendido pela OCDE, refletem o papel de “controle à distância” do “estado mínimo” ou aquilo que Neave (1998) chama de “o novo estado avaliador”. Segundo o documento da OCDE (1995, p. 29), “em geral, o propósito [deste estado] é instituir um novo quadro de incentivos, eliminar constrangimentos desnecessários e provocar uma transformação radical na cultura e no desempenho”. Desta forma, o estado promove também um novo quadro ético e um modo geral de regulação, uma regulação auto-regulada muito mais “autônoma”, que, no entanto, permite e legitima a

disseminação da forma da mercadoria, pois exige que nos mercantilizemos e façamos o mesmo com nossas produções acadêmicas. Isto é, para utilizar a terminologia de Aglietta (1979, p. 101), uma nova “configuração reguladora” ou “um modo particular de coerência social”, uma forma historicamente distinta de organização laboral. (2001, p. 112)

Ou seja, não se trata absolutamente de um Estado, um Governo, um poder que está no centro, antes a noção é de um poder em rede, sem núcleo, espalhado, invisível e absolutamente presente e ausente, na condução das condutas da população. O Estado, o Governo, o poder, que se torna mínimo, porém regulador aparece, se manifesta a todo o momento, nos detalhes, nas minúcias das condições colocadas diariamente para que população se inebrie com a possibilidade de escolher como quer e por quem quer ser conduzida.

Neste contexto é possível observar certa relação entre índices de desenvolvimento da Educação mundial, federal e estadual. Esta relação pode ser percebida na adequação metodológica nas avaliações e análise de resultados, que os países e seus Estados tem feito em consonância com o PISA. A lógica talvez seja de que, se houver certa familiaridade dos sistemas educacionais, escolas, professores e alunos, quando o país for avaliado pelo PISA, avaliação importante política e economicamente frente às agências de financiamento internacional, todos já estejam preparados nas mesmas condições metodológicas na avaliação mundial da qualidade da Educação. Daí é claro, com maiores chances de resultado satisfatório e promissor quando às condições de recebimento de fomento internacional.

## Referência

BALL, Stephen J. (2001). Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2, pp.99-116.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. BRICS - Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>. Acessado em: 20/11/2012.

BRASIL. Planalto. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em: 19/11/2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/projetos/comite\\_estatisticas\\_sociais/?page\\_id=180](http://www.ibge.gov.br/projetos/comite_estatisticas_sociais/?page_id=180). Acessado em: 20/11/2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Prova Brasil e Saeb. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/>. Acessado em: 20/11/2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA. Disponível em: [http://gestao2010.mec.gov.br/o\\_que\\_foifeito/program\\_79.php](http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foifeito/program_79.php). Acessado em: 19/11/2012.

BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/bric-brasil-russia-india-e-china/>. Acessado em: 20/11/2012.

CAED- Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Medidas de Proficiência. Disponível em: <http://www.portalavaliacao.CAEDufjf.net/pagina-exemplo/medidas-de-proficiencia/>. Acessado em: 20/11/2012.

CANDIOTTO, César (2010). A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofia Unisinos*, v.11, n.1, pp. 33-46.

Dicionário online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/emergente/>. Acessado em: 20/11/2012.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UnB, 2001.

FREITAS, Eduardo de. Brasil, um país emergente. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/brasil-um-pais-emergente.htm>. Acessado em: 20/11/2012.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/>. Acessado em: 19/11/2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Plano Decenal de Educação para Todos" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=91>. Acessado em 20/11/2012.

Ó, Jorge Ramos do (2009). A Governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas. *Educação e Realidade*, v.34, n.2, pp. 97-117.

SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública. Disponível em: <http://www.aprendeminas.com/2009/10/SIMAVE-sistema-mineiro-de-avaliacao-da.html>. Acessado em: 20/11/2012.

VEIGA-NETO, Alfredo (1999). Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. Texto apresentado e discutido no **Colóquio Foucault**, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

VEIGA-NETO, Alfredo (2005). Governo ou Governamento. *Currículo sem Fronteiras*, v.5, n.2, pp.79-85.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acessado em: 19/11/2012.